

ARKEOS

Perspectivas em diálogo

Gestão do Património Cultural

Coordenação:
LUIZ OOSTERBEEK
CRIS BUCO

25

FICHA TÉCNICA

ARKEOS – perspectivas em diálogo, n.º 25

Propriedade: CEIPHAR – Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo

Direcção: a Direcção do CEIPHAR

Coordenação deste volume: L. Oosterbeek e Cris Buco
© 2008, CEIPHAR e autores

Composição: CEIPHAR

Concepção gráfica da colecção ARKEOS: Cristina Lamego e Susana Carneiro

Fotorreprodução, fotomontagem, impressão e acabamento: CANDEIAS ARTES GRÁFICAS
Rua Conselheiro Lobato, 179 · 4705-089 Braga
Tel. 253 272 967 · Fax 253 612 008
geral@candeiasag.com · www.candeiasag.com

Conselho de Leitores (referees): Abdulaye Camara (Senegal)
Carlo Peretto (Italy)
Fábio Vergara Cerqueira (Brazil)
Luís Raposo (Portugal)
Marcel Otte (Belgium)
Maria de Jesus Sanches (Portugal)
Maurizio Quagliuolo (Italy)
Nuno Bicho (Portugal)
Pablo Arias (Spain)
Rustam Suleymanov (Uzbekistan)
Saúl Milder (Brazil)
Susana Oliveira Jorge (Portugal)
Vítor Oliveira Jorge (Portugal)

Publicação integrada na plataforma SciELO (Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior)

Tiragem: 500 exemplares

Depósito legal: 108 463 / 97

ISSN: 0873-593X

ISBN: 978-972-95143-2-6

Tomar, Novembro de 2008

ARKEOS é uma série monográfica, com edição de pelo menos um volume por ano, editada pelo Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo, que visa a divulgação de trabalhos de investigação em curso ou finalizados, em Pré-História, Arqueologia e Gestão do Património. A recepção de originais é feita até 31 de Maio ou 30 de Novembro de cada ano, devendo os textos ser enviados em suporte digital, incluindo título, resumo e palavras-chave no idioma do texto do artigo, em inglês e em português. Os trabalhos deverão estar integrados na temática do volume em preparação e serão submetidos ao conselho de leitores. A aprovação ou rejeição de contribuições será comunicada no prazo de 90 dias.

Solicitamos permuta
On prie l'échange
Exchange wanted
Tauschverkehr erwünscht
Sollicitiamo scambio

Contactar: CEIPHAR
Centro de Pré-História do Instituto Politécnico de Tomar
Estrada da Serra, 2300 TOMAR, Portugal

GESTÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL

Textos de:

ANGELITA MARIA MARTIARENA
BRITT BAILLIE
CIDÁLIA DELGADO
INGUELORE SCHEUNEMANN DE SOUZA
JOANA NEVES
LUIZ OOSTERBEEK
RICARDO SILVA
SANDRA NALDINHO



Edição apoiada pela Comissão Europeia
Programa Cultura



Tomar
2008

OS AUTORES

Angelita Maria Martiarena

Especialista em Memória, Identidade e Cultura Material

Email: martiarena.augusta@gmail.com

Britt Baillie

PhD Candidate

Department of Archaeology, University of Cambridge, Peterhouse, UK

Email: Bab30@cam.ac.uk

Cidália Delgado

Centro de Interpretação de Arqueologia do Alto Ribatejo

Lg. do Chafariz

2260 VILA NOVA DA BARQUINHA

Email: ciaar@portugalmail.pt

Ingelore Scheunemann de Souza

CYTED – Gestora da Área de Ciencia e Sociedade

Email: ingelore@gmail.com

Joana Neves

Investigadora correspondente no CEG-IST – Centro de Estudos de Gestão,
Universidade Técnica de Lisboa.

Rua de Arroios, n.º 176, 3.º direito, 1000-061 Lisboa

E-mail: joananev@netcabo.pt

Luiz Oosterbeek

Grupo de Quaternário e Pré-História do Centro de Geociências (Unidade I&D FCT)

Instituto Politécnico de Tomar, 2300 TOMAR, Portugal

loost@ipt.pt

Ricardo Silva

Instituto Terra e Memória, Museu de Arte Pré-Histórica de Mação,

Lg. Infante D. Henrique, 6120-750 MAÇÃO, Portugal

ricardosilva17@hotmail.com

Sandra Naldinho

Museu da Casa Grande, Freixo de Numão

Email: sandroka1980@hotmail.com

ÍNDICE

<i>Introdução ao volume</i> , por Luiz Oosterbeek	7
<i>A Questão da Qualidade em Gestão Cultural, do ponto de vista das necessidades de disseminação da ciência e da tecnologia na sociedade</i> , por Ingelore Scheunemann de Souza e Angelita Maria Martiarena	9
<i>Turismo e Cultura: contradições ou convergências?</i> , por Joana Neves	17
<i>Why study heritage in the line of fire?</i> , por Britt Baillie	27
<i>Um projecto Museológico e Social para Casével – Santarém</i> , por Luiz Oosterbeek e Ricardo Silva	39

ANEXOS (em CD-Rom)

Anexo 1 – *Cartas de Risco do Património Arqueológico – Casos de Estudo: Mação e Vila Nova da Barquinha*, por **Cidália Delgado**

Anexo 2 – *Museu da Casa Grande (Freixo de Numão) – Didáctica da Arqueologia e Acção Educativa*, por **Sandra Naldinho**

INTRODUÇÃO AO VOLUME

LUIZ OOSTERBEEK

O volume que agora se apresenta reúne um conjunto de estudos no domínio da Gestão do Património Cultural.

O texto de Ingelore Scheuneman e Augusta Martiarena e o de Joana Neves, que abrem o volume, reflectem sobre a relação entre o Património Cultural e a sociedade, em dois interfaces que são estruturantes da sua gestão: a vertente da produção de conhecimento e da ciência, por um lado, e a vertente do usufruto e da economia, por outro. O texto de Britt Baillie, sobre a gestão do Património Cultural em contextos de guerra e o de Cidália Delgado, sobre cartas de risco, desenvolvem nos planos teórico e aplicado um conjunto de reflexões e propostas no domínio da gestão dos riscos que, em diferentes contextos, impendem sobre os bens culturais. Finalmente, o texto de L. Oosterbeek e Ricardo Silva e o de Sandra Naldinho, apresentam propostas no plano museológico para dois contextos de âmbito rural, embora com dimensões e enquadramentos muito distintos.

Os trabalhos impressos que agora se publicam foram apresentados no Curso Intensivo de Gestão Total de Qualidade do Património Cultural, que decorreu em Mação, organizado pelo Instituto Politécnico de Tomar com apoio da Comissão Europeia, em Março de 2008. Os estudos que se apresentam sob forma digital correspondem aos trabalhos finais de Mestrado em Arqueologia Pré-Histórica e Arte Rupestre (na vertente de Museografia e Gestão do Património), ministrado pelo Instituto Politécnico de Tomar e pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

A QUESTÃO DA QUALIDADE EM GESTÃO CULTURAL, DO PONTO DE VISTA DAS NECESSIDADES DE DISSEMINAÇÃO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA NA SOCIEDADE

**INGUELORE SCHEUNEMANN DE SOUZA
ANGELITA MARIA MARTIARENA**

À guisa de primeira abordagem, agradeço ao Professor Luiz Oosterbeek que lança-me a discursar sobre um tema que começa a deixar a timidez que o relegava a plano secundário senão terciário na agenda técnico-científica-cultural. O faço sempre com temeridade, mas talvez escorada em alguma experiência adquirida no programa CYTED, na área de Ciência e Sociedade que vem exigindo de mim e dos demais que formam o comite gestor desta área, entre eles o Professor Oosterbeek, que passemos a colocar na agenda do espaço iberoamericano a temática de disseminação, apropriação da Ciência e da Tecnologia pela sociedade, da apropriação de conhecimentos, do não distanciamento entre cultura e ciência, pois a ciência, tecnologia e inovação são partes integrantes da cultura de uma sociedade, seja em grau maior ou em grau menor de desenvolvimento.

Assim, parece-me pertinente começar falando em patrimônio cultural, em cuja expressão referimo-nos direta ou indiretamente ao passado, passado este que é elaborado a partir do presente. Tem-se claro que o patrimônio cultural, até em sentido comum, precisa ser preservado,

em uma espécie de operação por meio da qual o que se procura é guardar algo que corre o risco de ser destruído. Daí a idéia geralmente concebida de que o patrimônio precisa ser mantido intacto, como se o tempo não passasse. Esse processo de congelamento está presente na idéia, no imaginário sobre patrimônio.

No entanto, Patrimônio, entendido em sua acepção mais ampla, constitui-se naquilo que uma comunidade, um estado, uma nação ou mesmo os sujeitos, em suas individualidades, reconhecem e semantizam como “vestígios de si, elementos de identificação, sinais de seus lugares no mundo”. Nesse sentido, é herança e é reinvenção pois o significado que é a ele patrimônio é atribuído, não está fixado no tempo nem cristalizado pois é mutável e dinâmico, tal como a cultura o é. Entender patrimônio significa também encontrá-lo como “algo que nos é deixado” e ter presente que seu veículo de transmissão sem dúvida é a memória.

Numa época em que a noção de memória se transferiu para o domínio dos *chips* de silício, dos computadores e das histórias de ficção científica sobre *cyborgs*, os críticos lamentam rotineiramente a entropia da memória histórica, definindo a amnésia como perigoso vírus cultural criado pelas novas tecnologias da mídia. Quanto maior é a memória armazenada em bancos de dados e acervos de imagens, menor é a disponibilidade e a habilidade da nossa cultura para se engajar na rememoração ativa. A rememoração dá forma aos nossos elos de ligação com o passado, e os modos de rememorar nos definem no presente. Como indivíduos e sociedades, precisamos do passado para construir e ancorar nossas identidades e alimentar uma visão do futuro. Se a capacidade de rememorar é um dado antropológico, algumas culturas valorizam a memória mais do que outras. O lugar da memória numa determinada cultura é definido por uma rede discursiva extremamente complexa, envolvendo fatores rituais e míticos, históricos, políticos e psicológicos.

O fascínio pelo passado é mais do que um simples efeito colateral compensatório ou fraudulento de uma temporalidade pós-moderna que paira sobre a necessidade de memória e o ritmo acelerado do esquecimento. Talvez ele deva ser levado a sério como um modo de

diminuir um pouco a velocidade da modernização, como uma tentativa, embora frágil e cheia de contradições, de atirar salva-vidas ao passado e contrabalançar a notória tendência de nossa cultura à amnésia, sob o signo do lucro imediato e da política a curto prazo. O museu, o monumento e o memorial de fato revigoraram depois de terem sido tantas vezes dados por extintos ao longo da história do modernismo. Uma razão para o revigoramento do museu e do monumento na esfera pública pode ter algo a ver com o fato de que ambos oferecem algo que, por exemplo, a televisão recusa: a qualidade material do objeto.

Le Goff em seus estudos sobre a evolução das sociedades, elucida a importância do papel que a memória coletiva desempenha. Exorbitando a história como ciência e como culto político, ao mesmo tempo o montante, tido como reservatório (móvel) da história, rico em arquivos e em documentos /monumentos, e aval, eco sonoro (e vivo) do trabalho histórico, a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando, todas, pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção. A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre, na angústia de encontrar seu verdadeiro lugar no todo. Mas a memória coletiva não é somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é, sobretudo oral, ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita, aquelas que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória.

Cabe aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, a democratização da memória social como um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica. A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. A meta é fazer com que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.

José Reginaldo Santos Gonçalves diz que patrimônio deve ser compreendido como uma categoria de pensamento, uma forma de classificar o mundo em que operam noções de propriedade e alteridade... nosso patrimônio em oposição ao deles, o que nos traduz em relação ao mundo externo a nós mesmos. Sendo uma construção teórica do século XVIII, momento fundamental do surgimento da idéia de cidadão e nação, em referência a Revolução Francesa, é importante observar que essa construção teórica refere-se ao reconhecimento e apropriação por parte do Estado, daquilo que seria então considerado e definido como “herança cultural da nação francesa”. Temos aqui o campo político definindo e elaborando normas para o patrimônio, o que irá se refletir através dos órgãos internacionais de identificação, proteção e preservação do patrimônio mundial criados no pós-guerra. Assim, no campo político temos os instrumentos de reconhecimento, classificação e preservação, atribuições do Estado sobre algo que, na verdade, é gerado no interior das comunidades, diz respeito a sistemas simbólicos nos quais ela organiza seu mundo e um universo de significados pelos quais ela afirma sua identidade.

Recentemente, uma nova qualificação para patrimônio cultural foi construída: o patrimônio imaterial ou intangível. Tal concepção visa aspectos da vida social e cultural, dificilmente abrangidas pelas concepções mais tradicionais e diferentemente às concepções tradicionais, não se propõe ao tombamento dos bens listados em patrimônio. A proposta é feita no sentido de registrar tais práticas e representações e de fazer um acompanhamento que verifique sua permanência e suas transformações. Essa nova concepção ampliada de patrimônio cultural abre o leque de campos de saberes e de instituições, que passam a ser envolver, direta ou indiretamente, com a produção, gestão e promoção desse patrimônio, levando a sociedade a uma compreensão mais rica da noção de patrimônio cultural.

Tendo-me permitido fazer estas digressões tento trazer de forma mais direta, à esta discussão, à este painel a vinculação contida no título de minha intervenção “A Questão da Qualidade em Gestão Cultural, do

ponto de vista das necessidades de disseminação da ciência e da tecnologia na sociedade”.

Refiro-me primeiro a “World Conference on Science”, no capítulo “Science for the Twenty Century”, realizada em Budapest em 1999, que põe em evidência a necessidade de uma nova relação entre ciência e sociedade, de um reforço na educação científica e na cooperação, de conectar o conhecimento científico moderno ao conhecimento tradicional, da investigação interdisciplinar, de auxiliar a ciência nos países em desenvolvimento, da importância, da atenção a ética na prática da ciência e no uso do conhecimento científico entre outros importantes aportes. Aquí se ressalta, uma vez mais, a exigência de que a ciência deve incorporar as demandas sociais, atuar na educação, incorporar os conhecimentos tradicionais e, concomitantemente, gestionar alternativas políticas e tecnológicas dirigidas a perspectiva de um futuro mais equilibrado.

Os documentos decorrentes de estudos da UNESCO realizados pela Comissão Internacional Sobre Educação para o Século XXI, no contexto das recomendações das denominadas reuniões de Dakar, ressaltam a importância da educação para o desenvolvimento humano, destacando a necessidade de construir a capacidade de investigação e estudos avançados em nível regional: ensinar as vivências dentro de uma problemática sistemática aproveitar os conhecimentos tácitos de todos, incluídos os das gerações anteriores, aplicar os conhecimentos científicos internacionais a projetos interdisciplinares e ao mesmo tempo tratar da especificidade local.

Tomando-se como princípio que a base de uma sociedade é a cultura de seu povo, admite-se que seus traços culturais fortalecem a união e a sobrevivência das pessoas que a formam, e desde tal, estabelece-se a relação íntima e direta entre cultura como um todo e a sociedade que ela forma. Assim, algumas observações tem lugar.

Um povo que tem a sua cultura aniquilada perde sua identidade cultural, perde sua estrutura, fica desagregado, fato que propicia condições para sua extinção.

Povos mais ricos e com maior tecnologia acabam influenciando e alterando a cultura dos mais simples e isso vem ocorrendo inclusive entre países civilizados da era moderna.

Não se justifica a perda de aspectos culturais pela incorporação de novas tecnologias adquiridas no contato com culturas consideradas “mais avançadas”, ao contrário, esta nova aquisição deve constituir-se em um acréscimo cultural. Todavia, só é possível alcançar esta condição ao incitar em todos os cidadãos uma maior consciência cultural, estimulando-os ao estudo, a preservação e a valorização de aspectos de sua cultura, que ao serem mantidos, propiciam a sobrevivência de seu povo enquanto nação.

É necessário que essa conscientização cultural ocorra muito cedo, a partir do ensino fundamental, devendo ser estimulada nas escolas, incorporada transdisciplinarmente nos **currícula** além de existir um espaço especificamente destinado à educação patrimonial. Além das escolas, a educação patrimonial pode e deve ser realizada, também, através dos meios de comunicação, o que torna possível a formação de uma sociedade consciente de sua cultura.

Para mais do que o acima dito, para a preservação do patrimônio cultural, faz-se necessária a investigação científica e tecnológica, a qual permite melhorar o seu conhecimento e conservação. Aliás, o patrimônio *per se* é uma fonte de conhecimento e uma demonstração do uso sustentável do território constituindo-se, portanto, em recurso fundamental para o desenvolvimento, recurso esse que contribui para os modelos do desenvolvimento integrado do território. O seu uso não exclui a população local e tampouco compromete a habilidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades.

Tal conceito integrado de patrimônio engloba tanto o território como os seus habitantes, e objetiva qualidade de vida resultante de uma economia equilibrada com crescimento social incorporando uma administração integrada dos recursos de herança baseados nas estratégias territoriais.

O alargamento do conceito de Patrimônio é uma prova do desenvolvimento desse setor e do interesse do público. Esse fato proporcionou

uma multiplicação de organismos dedicados à conservação, ao estudo e à divulgação dos bens culturais e naturais da sociedade. Atualmente novas atividades e serviços estão sendo acrescentados ao conceito tradicional de patrimônio. Anteriormente eram considerados patrimônio cultural apenas os bens imóveis, ou seja, as obras arquitetônicas. Com o passar dos anos, outros bens foram sendo incorporados ao conceito de patrimônio, entre eles podemos citar as obras de arte, os acervos históricos, seja documentação escrita ou fotografia, etc. Além dos bens imateriais e intangíveis.

Os órgãos responsáveis pela administração e pelo gerenciamento da herança cultural devem responder rapidamente e eficientemente às demandas de uma sociedade em evolução constante e, especificamente, levar em consideração sua relação com a economia, com o planejamento territorial, o turismo, a educação e com o desenvolvimento de novos modelos organizacionais e administrativos.

Por mais que tenha ocorrido ao largo do tempo a negação pela sociedade hodierna a respeito das tecnologias ancestrais, a insistência em considerar que desenvolvimento tecnológico é atinente à era industrial e pós-industrial, é inegável que em cada fase da história da humanidade, em seu chão, em seu ambiente, com os recursos disponíveis, cada “cultura” desenvolveu suas tecnologias e se desenvolveu também pelos avanços tecnológicos alcançados. Sabem bem os arqueólogos, sabem bem os antropólogos, sabem os historiadores. Resta, então, disseminar, popularizar este conceito, conscientizar as sociedades atuais a respeito dos benefícios do desenvolvimento científico e tecnológico, da ciência e tecnologia contemporânea (já que esta percepção é quase nula) mas também de que os conhecimentos “dos antigos” tinham e tem conteúdo científico e conteúdo tecnológico. E mais, que destes conhecimentos transformados em práticas, nós, no momento atual, devemos buscar o legado ali contido, principalmente no que tange ao bom uso do território, dos recursos da natureza e adequá-los para o presente e para o futuro.

E, convém sempre, lembrar que todos nós, em todos os continentes, vivemos em territórios herdados dos nossos antepassados mais

longínquos, e mais recentes, os quais de uma forma ou de outra tiveram, promoveram, um “desenvolvimento integrado” pois de outra maneira não estaríamos aqui, hoje, sobre nossos territórios discutindo sobre e buscando adotar o modelo de “desenvolvimento integrado do território”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. *Patrimônio Cultural*. Disponível em: www.mct.gov.br/index.php/content/view/11173.html. Acesso em 07 mar. 2007.
- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- GONÇALVES, José Reginaldo S. O patrimônio como categoria de pensamento IN: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (orgs). *Memória e Patrimônio*. Rio de Janeiro: DP&A,2003.
- HUYSSSEN, Andréas. *Seduzidos pela Memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON THE FRONTIERS OF SCIENCE AND TECHNOLOGY HELD, 2., 1992, Kyoto. Proceedings... Tokyo: United Nations University, 1994. Disponível em: <http://www.unu.edu/unupress/unupbooks/uu07ee/uu07ee00.htm>. Acesso em: 19 out. 2005.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. 5ª Edição.
- MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. *Patrimônio Cultural*. Disponível em: www.mct.gov.br/index.php/content/view/11173.html. Acesso em 07 mar. 2007.
- SANTOS, Antonio Silveira Ribeiro. *Programa Ambiental: A Última Arca de Noé*. Disponível em: www.ultimaarcadenoe.com/patricultura.htm . Acesso em 07 mar. 2007.
- STRATEGIC directions. In: Academic networking. Disponível em: www.unu.edu/networking/index.htm>. Acesso em: 19 out. 2005.

TURISMO E CULTURA: CONTRADIÇÕES OU CONVERGÊNCIAS?

J O A N A N E V E S

Resumo: Este artigo procura aprofundar o conhecimento da relação entre turismo e cultura e dar um contributo para a clarificação do seu campo de influência no desenvolvimento dos destinos turísticos.

O turismo, ao representar a fruição de um espaço turístico, incorporando para além de outras componentes, nomeadamente a lúdica, afirma-se como uma vivência cultural. A cultura, ao envolver uma diversidade de experiências humanas, de usos e costumes, fazendo, assim, parte das formas de vida das várias etnias que compõem a espécie humana, dá resposta às necessidades e exigências do consumidor pós-moderno e é clara catalizadora de riqueza social e económica. Todavia, nem sempre o turismo e a cultura estão de mãos dadas. Lógicas, necessidades e formas de funcionamento diferem entre as instituições turísticas e as instituições culturais, emergindo sentimentos e perspectivas contraditórias, conduzindo, não raras vezes, a obstáculos à inovação do produto turístico.

1. INTRODUÇÃO

As convergências e contradições entre turismo e cultura há muito que foram identificadas. A discussão começa em questionar qual dos conceitos deverá vir em primeiro lugar: A Cultura? O turismo? A cultura, desde sempre, comportou os usos, os costumes, as tradições – o trabalho humano. Deste modo, apresenta-se como o elemento-chave da transmissão de valores e como uma potentíssima ferramenta de “esclarecimento” (www.ec.europa.eu). A cultura é vista como uma autêntica “embaixatriz”, como um veículo dos valores e das formas de vida dos povos, através dos livros, da música e de outras componentes do património material e imaterial.

Também as deslocações e a viagem, sempre fizeram e continuarão a fazer parte da vida do ser humano. O que o tempo e os séculos alteraram, foi a motivação.

Este artigo tem como objectivo discutir as interacções existentes entre cultura e turismo, assim como contribuir para uma melhor compreensão da sua importância no desenvolvimento dos destinos turísticos.

2. PERCURSO DA FORMAÇÃO SÓCIO-CULTURAL DO TURISMO

O turismo contemporâneo resulta de um vasto percurso de mudanças sociais e culturais, às quais se juntaram outras de índole política e económica. Tais mudanças levaram o indivíduo a sair do seu ambiente diário e a descobrir novas paragens e novas culturas. A Figura 1 espelha aquilo que se considera como o percurso evolutivo da formação do turismo, desde a Idade Média até aos nossos dias.

Na Idade Média, o turismo estava limitado a elites restritas e muito raramente a indivíduos de escassos recursos, sendo a visão dominante a de fechamento do mundo. As viagens realizadas, sobretudo de índole religiosa, procuravam um relacionamento inter-cultural em lugares

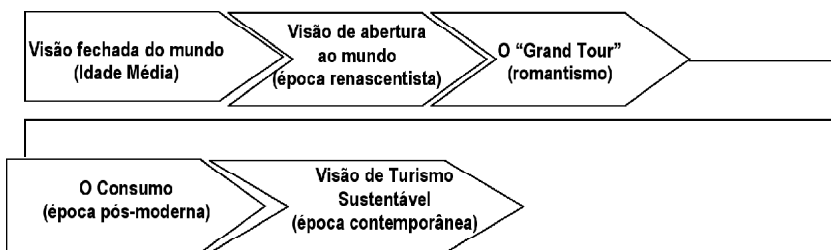


FIG. 1 – O Percurso da Formação Sócio-Cultural do Turismo

sagrados (Ambrósio, 2000:25). É neste contexto que as peregrinações, representando o movimento de milhares de indivíduos para fora do espaço que ocupavam no quotidiano, à procura de fortalecer laços culturais e partilhar experiências do sagrado, deram um contributo valioso para as raízes mais profundas do turismo – o viajar (Neves, 2006).

A partir do Renascimento, a viagem deixa de ter uma motivação fundamentalmente religiosa e vem trazer novos horizontes, passando a ser fonte de inspiração para um conhecimento mais profundo do mundo. Segundo Ambrósio (2000), com o séc. XVII, nasce na aristocracia o hábito do retiro no campo, do passeio na falésia ou do passeio pela praia, dando lugar a uma reconfiguração do imaginário ocidental ligado ao prazer e à natureza. Assim, tal como Júlio Dantas referiu “o velho peregrino da Idade Média, vestido de burel e curtido do sol, transformava-se num peregrino *chauffeur*, num peregrino turista e num peregrino de prazer”. O turismo como hoje é entendido, começou a afirmar-se nas sociedades ocidentais, fundamentalmente a partir do séc. XVIII, com um carácter eminentemente educacional. Os jovens da aristocracia inglesa após realização dos estudos secundários, durante dois ou três anos, são enviados para destinos como Roma ou Atenas, ou países como França ou Alemanha, para realizar a *Grand Tour* – isto é, estudar os clássicos e transformar a “criança” num “homem do mundo”, transmitindo-lhes os ensinamentos necessários e o espírito de aventura de que iriam necessitar numa futura carreira diplomática (Cuvelier e Gadrey, 1994). Uma nova literatura emerge, tornando-se populares relatos, mapas e sobretudo a realização de encontros (palestras) promovidos pelos homens de cultura. Nesta época do romantismo, em que a fruição da praia, dos climas amenos e do termalismo eram motivação dominante, levam à prática da “*villégiature*” na Europa e do surgimento das primeiras infra-estruturas de acolhimento, tais como os restaurantes, o alojamento, entre outros.

Viajar, até ao início do séc. XIX, constituía, no entanto, autêntica aventura. De facto, o pouco conforto do transporte e a ausência de boas estradas, tornavam a experiência de viagem uma aventura de grande

importância, que era preparada de forma minuciosa e inevitavelmente artesanal. O hotel no seu conceito actual estava por inventar. Restava o albergue, onde muitas vezes a cama tinha de ser partilhada para responder às necessidades da época. Segundo Vassalo (1983), a palavra inglesa “travel” teria a mesma raiz etimológica da palavra francesa “travail”, considerando que tal viagem, à época, era percebida como um trabalho, ou, pelo menos, um utensílio de aprendizagem da vida. Ora, o turismo na actualidade tem um significado algo oposto, ou seja, está ligado sobretudo ao ócio, ao repouso e ao relaxe. Esta estranha reviravolta da história, poderá ser explicada pela então decadência da aristocracia e pela emergência das burguesias, sobretudo em França, dando origem ao aparecimento do turista detentor de rendimentos (Cuvelier e Gadrey, 1994). Tal *turista capitalista*, ligado ao fenómeno inédito das férias pagas, valoriza o lazer e o turismo como uma espécie de consumo de ostentação, permitindo-lhe ser distinguido do clássico formato do trabalho e do enriquecimento. Portanto, é este turista que vai cultivar o ócio, numa época em que o mundo se expande, em que a história ocupa um lugar próprio e onde se começa a registar um acréscimo de exotismo, de sonhos e de imagéticas que estimulam a realização das viagens. É o afirmar do *homo ludens*.

Portanto, mais importante que procurar os antepassados do turismo nas profundezas da história, já que as motivações eram inevitavelmente distintas, será assumir que as primeiras formas de turismo num sentido moderno emergem somente no início do século XIX. A palavra inglesa *tour*, começa a descolar do conceito francês a partir de 1811, altura em que a sociedade e os meios de transporte iniciam o seu ciclo de modernização e estes se começam a fabricar numa lógica industrial. A locomotiva de Stephenson, surge, em 1825, como uma verdadeira revolução dos sistemas de transporte e de comunicação e, em 1841, o pioneiro do turismo mundial – Thomas Cook, vende a primeira viagem a 570 participantes de um congresso anti-alcool, em Inglaterra. Segundo Wackermann (1988), Thomas Cook organizou ainda outras viagens à Escócia e à Irlanda, antes de difundir a sua ideia ao mundo. Foi ele que

inventou o *voucher* para o hotel e os guias turísticos, mas fundamentalmente, o turismo no sentido contemporâneo, ou seja, o modelo organizacional da mercantilização.

É no final deste século, início do séc. XX, que o desenvolvimento da fotografia e a democratização do cinema permitiram ver a imagem à distância, pelo que a viagem salta do incógnito desconhecido, transformando-se numa confirmação mais ou menos exacta da imagem retida na memória (Cuvelier e Gadrey, 1994). É também nesta altura, que a verdadeira essência do turismo se transforma: o aparecimento dos novos meios de transporte, a fundação de várias companhias aéreas, a televisão, o aumento e a redistribuição de dividendos associados aos ganhos de produtividade e as respectivas conquistas económicas e sociais. Por outras palavras, estão firmados os pilares fundamentais do Turismo de Massas, o qual constitui, sem dúvida alguma, uma das grandes revoluções do séc. XX. O Turismo de Massas representa o acesso democrático a franjas cada vez mais vastas da população contra um privilégio até então das classes dominantes. Segundo os referidos autores, traduz a consequência e o corolário do trabalho numa sociedade urbanizada e burocrática.

A partir dos anos 50, o turismo tem um crescimento acentuado, começando as práticas turísticas a diversificar-se, nomeadamente o Turismo Cultural, O Turismo de Negócios, o Turismo em Espaço Rural, entre outras. Por outro lado, tais práticas turísticas assumem cada vez mais um papel preponderante de equilíbrio físico e psíquico, um símbolo de *status* social e um papel cultural de grande proeminência. Foi através de todo este percurso que o turismo como é hoje concebido se estruturou e alicerçou os seus fundamentos.

Ora, se o turismo é uma actividade essencialmente de “pessoas”, é o próprio homem o centro de atenção de toda a actividade turística. Provavelmente por esse motivo, existe hoje uma preocupação crescente com os modelos de fruição dos espaços turísticos, assentes sobretudo numa responsabilização dos vários actores para com um desenvolvimento e uma gestão sustentada do turismo. A difusão gradual de valores

ecológicos e de consciência cultural e social tem levado a uma reflexão profunda de qual o melhor futuro para o turismo no mundo.

3. TURISMO E CULTURA: CONTRADIÇÕES OU CONVERGÊNCIAS?

O Turismo como o maior fenómeno de deslocação de massas traduz, na actualidade, uma vivência cultural, como atrás já foi admitido. A Cultura é o marco principal do produto turístico, já que toda a deslocação turística tem uma implicação cultural. Sem a cultura, não se explica o turismo. A cultura, enquanto factor de criação de riqueza, contribui para a inclusão social, para uma melhor educação, para o aumento da auto-confiança e de orgulho de pertença de uma comunidade. Ela explica e esclarece a história e dá um valioso contributo na diferenciação e posicionamento dos países – factores cada vez mais relevantes num mundo globalizado e multicultural (<http://www.ec.europa.eu>). A cultura veste o traje de *embaixatriz* ao promover os valores e formas de vida de um local ou país; ela age como um catalizador de diálogo entre os povos e como uma alavanca de integração territorial e social. É através da cultura que o cidadão frui novas experiências e pode compreender melhor o mundo. Daí começar cada vez mais a ser considerada como uma poderosa ferramenta económica e como a peça-chave da competitividade do turismo. A procura exponencial por produtos culturais diversos espelha o comportamento do consumidor pós-moderno, que cada vez mais procura e se apropria de símbolos e de valores ligados a produtos específicos. Portanto, a procura crescente de consumo de conteúdos culturais no contexto dos lazeres e do turismo, bem como o aumento da disponibilidade do tempo livre das sociedades contemporâneas, exigem aos agentes económicos e de desenvolvimento dos destinos turísticos uma melhor concertação entre o turismo e a cultura, já que esta constitui uma autêntica fonte de criatividade e de inovação do produto turístico. Por outro lado, o turismo surge como o elemento

dinamizador do património e das comunidades. Como valor para a cultura, o turismo gera recursos para a sua conservação e beneficia as comunidades autóctones, motivando-as para a gestão do seu património e criando uma consciência de valor dos diversos patrimónios locais entre os turistas. Simultaneamente, a cultura gera valor para o turismo. O património cultural é um elemento de identidade dos sítios e das comunidades, é um atributo diferenciador que serve de base ao desenvolvimento das actividades a disponibilizar aos turistas, dá coerência à oferta dos destinos, proporciona crescimento dos fluxos turísticos e consequentemente aumentos das estadas e dos gastos turísticos. Em suma, a cultura constitui-se como um poderoso determinante de atractividade e de inovação do produto turístico.

Não obstante as afinidades e convergências entre o turismo e a cultura, não raras vezes o núcleo de decisão política das várias instituições culturais e turísticas revela comportamentos contraditórios. Pior que não reconhecer a relevância da complementaridade e do aproveitamento de sinergias entre o turismo e a cultura, será alimentar uma miopia ao nível dos modelos de gestão relativamente aos espaços patrimoniais e teimar em não estabelecer uma cooperação estreita para a definição de estratégias de planeamento, de desenvolvimento e de promoção conjunta de ambas as actividades. Se é verdade que se trata de uma discussão complexa entre duas actividades que embora se complementem, detêm necessidades e lógicas que não são necessariamente coincidentes, também não é menos verdade que a sustentabilidade de ambas só poderá ser alcançada se se registar um entendimento efectivo entre elas. Se não, veja-se: ao nível da procura, regista-se uma maior curiosidade e vontade de usufruir do contacto com os valores patrimoniais materiais e de memória e uma crescente procura de novos produtos culturais, fruto de um maior nível cultural dos cidadãos, de um envelhecimento demográfico à escala global e consequentemente de mais tempo livre para viajar. Do lado da oferta, o crescimento de produtos culturais como factor de criatividade e de inovação do produto turístico, posiciona o património cultural e o próprio acto turístico como uma alavanca estratégica

relativamente ao desenvolvimento dos destinos (Weaver e Opperman, 2000). Na sua essência, a gestão do Turismo e da Cultura parece assentar numa espécie de triangularidade composta por três vértices comuns – a conservação, a investigação e a promoção. Dito de outra forma, tanto o turismo como a cultura deverão ter como fonte de preocupação: (i) a preservação do património e uma fruição responsável do mesmo; (ii) o desenvolvimento de investigação para um conhecimento aprofundado do património cultural, assim como para permitir uma correcta interpretação por parte de quem o visita e ainda para permitir o enriquecimento do produto turístico; e (iii) a promoção e divulgação do património cultural, a atenuação dos estrangulamentos estruturais ao nível do financiamento da oferta cultural e a preservação do respectivo património.

Como corolário do atrás exposto, de referir que parecem existir mais convergências do que divergências entre o turismo e a cultura. De facto, quer uma, quer outra actividade, para que sejam sustentáveis, deverão ter em consideração: a existência de recursos e de infra-estruturas (hardware); a interpretação, o posicionamento e o *packaging* (software); o modelo organizacional de gestão, a definição das políticas de actuação e de recursos humanos (orgware); e a realização de parcerias e de redes tendo em vista a promoção e o desenvolvimento do produto (shareware).

4. CONCLUSÃO

O presente artigo procurou aprofundar a relação entre o binómio turismo e cultura, assim como discutir o seu papel no desenvolvimento dos destinos turísticos.

Começou-se por rever o percurso da formação sócio-cultural do turismo, desde a Idade Média até à época contemporânea, discutindo os pilares verdadeiramente representativos da construção do imaginário turístico, nomeadamente o teocentrismo medieval, a teologia natural renascentista, o romantismo, o pós-modernismo e a contemporaneidade.

Esta abordagem procurou compreender a evolução do turismo no mundo, cujos comportamentos individuais são explicados através de factores psicológicos e pessoais, naturalmente condicionados pela sociedade, pela economia ou pela política. O acto de viajar representa características específicas, nomeadamente a dimensão emocional que a viagem ocupa no espírito do viajante e nas sociedades de onde é oriundo ou para onde se dirige. Dito de outro modo, o viajar é uma actividade humana e o turismo a sua construção. Por sua vez, a cultura ao fornecer livros, música, história, entre outros, contribui para a economia e pode ser usada como fonte de património fornecendo criatividade e inovação ao produto turístico. Alguns destinos focalizam a sua atenção nesta economia criativa como catalizadora de riqueza social e económica e de competitividade. Em suma, turismo e cultura apresentam-se como um binómio algo convergente e algo contraditório. Convergente, na medida em que o património cultural é a essência do turismo em muitas áreas de destino mundial, baseando-se em visitas motivadas por um passado mais ou menos remoto. Divergente, considerando a ausência de um real casamento entre a cultura e o turismo, em prol de uma gestão cultural e turística sustentável, ou seja, a quase inexistência de parcerias entre ambas actividades, designadamente ao nível do planeamento, da interpretação, das estratégias de promoção e de divulgação, bem como no envolvimento de ambas as actividades junto das comunidades locais, tendo em conta o sucesso da fruição cultural e consequente desenvolvimento turístico.

REFERÊNCIAS

- COUNCIL OF EUROPE, 2000, *The Europe of Cultural Cooperation, Cultural Policy*, <http://coe.int/T/CulturalCooperation/Culture/CulturalPolicies> (em linha, 07 Abril, 2007).
- CUVELIER, P., E. Torres, e J. Gadrey (1994). *Sciences Humaines et Sociales. Dossiers Patrimoine, Modèles de Tourisme et Développement Local*, pp. 33-50.

- NEVES, J. (2006). *Turismo Religioso: Espiritualidade, Cultura e Prática Turística?* In: Actas do Congresso de Turismo Cultural, Territórios e Identidades. Instituto Politécnico de Leiria. Novembro.
- VASSALO, I (1983). El Turismo de Massas en Espanha. *Revista de Estudios Turísticos*, vol.96. Madrid.
- WACKERMANN, G. (1988). *Le Tourisme International*. Paris: Armand Colin.
- WEAVER, D., e M. Oppermann (2000). *Tourism Management*. Chichester: Wiley.

WHY STUDY HERITAGE IN THE LINE OF FIRE?

BRITT BAILLIE

No one seems to have seen them as clearly as the men who destroyed them-
-Michael J. Lewis writing on the destruction of the World Trade Towers. ¹

War has been with the human race since time immemorial. Alongside conventional conflict, there has been another type of war occurring – one which has sought to destroy cultural heritage. Monuments in these situations take on a ‘totemic’ quality, acting as caches of collective memory and identity and historical justifiers for a community’s presence and ‘ownership’ of a particular place. ² When the task of war is to destroy a group, it moves beyond the extermination of the corporal body to wound the ‘body public’ – monuments have the capacity to stand for the nation or the people and therefore *become* the ‘body public’. ³

As Nietzsche said, monuments are ‘the stamp of the will to power’ and conversely their destruction serves the same function. With the development of weapons over the 20th century, the process of the destruction of heritage has become facilitated and new forms of damage (due to aerial bombing, atomic weapons, etc) have been witnessed. The destruction of cultural heritage remains the proxy by which larger wars are being fought. The time is now ripe for examining the questions posed by war-damaged heritage.

¹ 2001.

² Bevan 2006: 8.

³ Sturken 2007: 97.

Any subject of study needs justification: its advocates must explain why it is worth attention. Heritage studies in post-conflict situations are in fact very useful, actually indispensable, but the products of heritage management can seem less vital and less urgent than those that stem from some other disciplines. Heritage management cannot give a family back a lost loved one, treat the physical scars carried by survivors, nor provide new schools or infrastructures. Studying heritage in a post-conflict situation however, can help affected communities to ‘work through’ the memories of the distant and more recent past and help communities (re)build a sense of identity which extends beyond and bridges the categories of ‘victim’ and ‘persecutor’. Heritage studies can help to make the past a less dangerous place in the present. Well-managed heritage sites in this context can provide a space for moral contemplation and reflection on the past, encourage critical thinking and promote civic values amongst the public. Furthermore, investigating war-damaged heritage can help heritage managers better respond to the needs of the communities with whom they are working.

DESTRUCTION

Heritage management and heritage destruction have a symbiotic relationship. Monuments mediate cultural and social change through active and continuous (re)construction and negotiation of identity, place, and memory.⁴ The process of destruction is a key element to this cycle. If one moves out of the context of war, it becomes apparent that heritage is being destroyed on a daily basis by governments, citizens, and nature. It was the effects of this destruction due to property development, agricultural land-use, looting, fires, floods, etc. that lead to the development of early heritage legislation. Although an outlier case, war-damaged heritage is the unlucky vanguard of a much larger set of heritage which has suffered destruction at the hand of human and natural agents.

⁴ Smith 2006.

War-damaged heritage has received little scholarly attention. The relatively mundane issues of: value, integrity, sustainability and commodification of heritage untouched by war inspires mountains of expert analysis. Heritage whose lifespan was characterized by destruction, ruin, and devastation has been marginalized in the literature. Long treated as anomalies, most analyses of them have either focused on their aesthetics or history; rarely on the relationship between people and these sites.

War-damaged heritage should not be examined in isolation. As Calame and Charlesworth point out for divided cities, war-damaged heritage sites 'are not best characterized as bad eggs, sideshow freaks, or victims of cruel political manipulations'⁵ but should rather be seen as a part of the broader heritage spectrum. It is at the extremes of 'normality' when heritage is 'challenged' that its core concepts can become most revealing. We need to question how the knowledge about war-damaged heritage sites can be fed back, to try to better understand heritage as a whole.

Although war-damaged heritage sites have much in common, each suffers a different disease or fate with its own pathology and symptoms, none of them especially desirable.⁶ When examining war-damaged heritage, one must start with these questions: 'Who produced the damage?' 'Who is paying for it?' Media coverage of the destruction of heritage too often labels the 'perpetrators' as 'savages' and 'barbarians'. Yet, as destruction of monuments has been carried out by some of the self-proclaimed 'most civilized' nations and individuals (recall the destruction of Carthage, Dresden in World War II and perhaps the work of the coalition forces in Afghanistan and Iraq) this simplification should be questioned. It is perhaps here, better to understand the 'perpetrators' that purposeful / targeted destruction of cultural heritage should be separated from collateral damage. Yet, the post-conflict effects of both

⁵ 2003: 13.

⁶ Calame and Charlesworth 2003.

are quite similar, and it must be recalled that targeted damage is often swept under the carpet by claiming that it was accidental damage.

The destruction of heritage provides us with the impetus to re-examine our existing legislation and prevention strategies and improve them. It also allows us to identify what actions could have been taken prior to the destruction (accurate documentation, removal, storage, the erection of protective structures, etc.) to mitigate the effects of the damage. Although preventative legislation, education, physical protection and documentation are highly useful, I do not believe that they will be able to cease future destruction of heritage during warfare, nor provide the solution for dealing with it once the damage has been done. The destruction of heritage is not a phenomenon that can be eliminated or rectified, but rather a process that needs to be examined and understood.

MANAGING THE AFTER-EFFECTS

How does the ‘life’ – both of the monument and of the community – proceed in the wake of the destruction? It is the stability or fixity of the materials from which monuments are constructed which allows them to serve as long-term markers of identity. Due to their longevity they suggest themselves as timeless – ‘geological outcroppings in a national landscape’.⁷ Through their life, these monuments serve as the space in which collective identities and traditions are forged and performed. The act of destruction results in two immediate effects – the creation of a ruin and the removal of the monument’s taciturn exterior and pretense to permanence. No monument untouched by destruction can be as powerful as these ruins.

⁷ Young 1993: 2.

Why do we feel more pain looking at the image of a destroyed bridge than the image of massacred people?-Slavenka Drakuli writing about the destruction of Mostar Bridge.⁸

Paradoxically, destruction is creation – both of (a) new physical form(s) and of new memories. The destruction of a monument rarely removes all traces of the object. More often, something remains which becomes a new type of space or monument. The immediate aftermath of the destruction leaves a ruin, a rubble pile or a void. The later process of reconstruction/conservation/demolition/intervention then takes this ‘new’ destroyed form and produces yet another ‘version’ of the space/ /place. Bakhtin’s notion of ‘carnival’ – a state which creates “threshold” situations where regular conventions are broken or reversed (normal monumental state), and genuine dialogue becomes possible (between the incompleteness and the imagination)⁹ – is useful as a theoretical insight to this process, yet does not bear the emotional weight of this type of destruction. As Freud said, ‘stones speak’; their ‘voices’ become heightened and somehow more valuable and ‘sacred’ through the process of destruction.

The creation of the ruin re-opens the monument to a very ‘vocal’ dialogue with the viewer. This ‘new’ monument strips the pre-destruction monument to its core, revealing its inner workings and evoking all of its emotional, historical and aesthetic value. The site of ruin becomes haunted by ‘phantoms of past events, no longer visible, but only remembered’.¹⁰ Ruins become the highly visible and still-open wound in the body public, martyred and sacred sites of memory – non-human counterparts to the dead.

⁸ Quoted in Stanley-Price 2007: 7.

⁹ Woodward 2002: 15.

¹⁰ Young 1993: 119.

As the monuments were a principle target for destruction, so they play a leading symbolic role in the recovery and reconstruction of the society after the conflict.¹¹ Deciding what form of intervention to perform on a war-damaged heritage site – demolition? conservation as a ruin? restoration? – develops into the key issue that heritage managers grapple with. Heritage becomes both an emblem and agent in the creation of a new present. The life of a monument does not cease with its destruction but carries on into the post-conflict phase in which either the absence of presence (amputated limb phenomenon) is a main feature or where through (re)construction/ conservation/destruction, the monument or its footprint takes on a new ‘life’. Through this process, the production of new space attempts to make sense of the events that took place there. The rebuilding, conservation as a ruin or abandonment of a site can be as symbolic as the destruction that necessitated it.

Break a vase, and the love that reassembles the fragments is stronger than that love which took its symmetry for granted when it was whole.¹²

The prevalent paradigm in post-conflict preservation today expects that post-conflict reconstruction aids the reconciliation of war-damaged communities – we must scrutinize this claim. Reconstruction and its anti-thesis: neglect/demolition can become a process of the continuation of war by other means. We must examine how to balance competing versions of history at these sites so as to avoid creating new ‘heritage victims’. We must question: Whose heritage do we preserve (the victors or the vanquished)? Who should make these decisions (local actors, national governments, international monitors/experts)?

¹¹ Stanley-Price 2007: 3.

¹² Walcott (1992).

CONSERVATION QUANDARIES

How can we best preserve war-damaged heritage? Which phase of the past do we highlight through our conservation/restoration activities? ‘Conservation as ruin’ is not an option usually favored by ‘affected’ communities. Refugees, returnees and ‘stayees’ seek a return to ‘normality’ through the (re)creation of a sense of stability. Heritage reconstruction is one medium used in the attempt to achieve this goal. Paradoxically, it must be recalled that reconstruction is a form of erasure – masking the destruction and sending a message of continuity in a physical ‘reality’ of change. These questions draw back into the core of the 19th-century reconstruction debate in which the anti-restorationists advocate a conservative approach focusing on material authenticity and claim that the public is misled by reconstructions which break from verifiable material pasts. Pro-reconstruction on the other hand argue that reconstructions provide a ‘spatial and dimensional reality and intimacy to material culture’.¹³ Reconstruction allows people more opportunity better to ‘form intellectual and emotional connections to the meaning and significance’ of the site. With war-damaged heritage, we must sink back into this debate and question how our conservation decisions mitigate between the desire to remember and the desire to forget?

One must bear in mind that these places have become a part of a new ‘traumascape’ in which the security of the familiar and ‘stable’ has been ruptured and trust broken. Through battles, war-fare, destruction and reconstruction, new boundaries are inscribed onto to the townscape or landscape in which the monuments exist. The monuments themselves retain physical memories – visible or masked – of the various phases of their lives and of the lives of those around them. In these scenarios, communities are often struggling with repairing assorted physical and social damage of which heritage is only one part of a wider whole.

¹³ Jameson (2004) 2.

Currently, heritage management is often seen as a ‘luxury’ task which can be relegated to the end of the reconstruction process. However, one of the primary issues that individuals and communities deal with in post-conflict contexts is the reconstitution of identity and an examination of memory. Heritage management should never come before the provision of basic emergency humanitarian needs, yet there is a need to integrate conservation into wider reconstruction planning from as early on in the process as possible. Leaving heritage management until ‘last’ can result in future ‘troubles’ as the people try to come to terms with their new traumascapes without being able to engage fully with their cultural heritage. Studying the management of war-damaged heritage allows us to examine the best strategies for achieving this integration for the future.

War-damaged sites are surrounded by explosive emotional stakes and competing discourses. They can become a form of physical mediator between the past and the present, the living and the dead.¹⁴ Examining these salient sites of destruction demonstrates about how meanings converge on a national, regional and local at sites that many people feel belong to them. It is the life of the monument prior to its destruction and often the repetition of that moment of destruction via the media that engenders this type of connection. On a local scale, one must bear in mind that war is frequently accompanied by significant shifts in population and demographics. We need to bear this in mind when we seek to identify ‘affected communities and individuals’ and assess their needs.

Management of war-damaged heritage too often is an ‘expert-only’ zone which is centred on a ‘western’ model derived from a desire to protect exotic, ‘dead’ monuments. Monuments are not purely physical entities. The activities which take place within them/around them are part of the identity and meaning of a monument. Currently material issues are taken into consideration during conservation of these sites but

¹⁴ Tumarkin 2005: 139.

symbolic properties and social roles are not adequately addressed. Each type of conservation decision – conserve as a ruin? restore? partially restore? demolish? – will affect the intangible heritage associated with the material culture. It is our responsibility as heritage managers to take this into account while we prepare future management plans for war-damaged heritage.

The product of the heritage management plan (i.e. the completed conservation, reconstruction, replacement with a new structure) cannot be the only focus of heritage managers. We must recall that these solutions are often implemented in phases with considerable time lapse between and within each phase. In addition, funding crises often mean that the final state of the intended product is never quite reached as work is forced to stop at an earlier phase in which perhaps only external restoration is achieved. Culture cannot wait for reconstruction. Heritage managers must consider ways to enable intangible heritage and public engagement with these sites throughout their reconstruction. Conservation is a technical subject. The experts rarely understand how coded and semiotically obscure their routine activities are for the public. We must take care to ‘translate’ the full decision and implementation process for the wider public to avoid any misunderstandings which arise from miscommunication in these emotionally and politically charged environments.

We must always be asking what the role of the heritage manager is when it comes to dealing with war-damaged heritage and how can we/should we open the debate about these sites to the wider public. Heritage managers, conservators and archaeologists frequently avoid engaging war-damaged heritage preferring to stick with less politicized projects. Many of those whom do choose to engage do so by ‘hiding’ behind the blanket of professionalism and ‘scientific’ methodology. In other words, they see themselves as doctors treating ‘sick objects’.¹⁵ The objects are not the client. People are. This shift in mentality is key

¹⁵ Pye 2001.

to the success of future projects of this kind. If we forfeit our responsibility to engage in the management of these sites and simply deal with them as sick patients in need of a cure, we are in effect turning a blind eye to the problem rather than assisting a solution. Yet, it is also naïve to believe that engagement with one site through memorialisation or reconstruction will somehow heal the wounds of a post-conflict society.

War is here to stay. Since the 1950s, the numbers of civil, ethnic and separatist wars have been increasing.¹⁶ In addition, battle has taken on new forms. Long gone are the days when the hoplites would meet on a remote battlefield and engage in a ritualized form of conflict. Today, total wars incorporating ethnic cleansing, genocide, urbicide, mass rape, cluster bombs, mines and atrocities committed at an unprecedented scale have become the ‘norm’. In the future, the estimated 50-70 million Kalashnikovs which are already spread across the globe, will enable many current political hotspots to boil over into full blown conflict.

As long as our societies are creating the damage or suffering its results, heritage is in the line of fire and will continue to be so. Our profession needs to be ready to cope. Conservation changes over time, constrained both by ideology and the limits of technology. Thus, conservation provides an exemplary model of material culture in action. It is only through examining and understanding past reactions to war-damaged heritage, assessing the strengths, weaknesses and ideology behind each approach, that we will be able to improve and justify our own interventions. With war only a few hours away from any one of us, we don’t just need to study war-damaged heritage – we need to teach the next generation of heritage managers what we have learnt.

¹⁶ Wimmer 2004: 1.

REFERENCES

- BEVAN, R. 2006. *The Destruction of Memory: Architecture at War*. London: Reaktion.
- CALAME, J. & E. CHARLESWORTH. 2003. *No Man's Land: A Spatial Anatomy of Five Divided Cities*. Presented at the 6th US/ICOMOS International Symposium "Managing Conflict & Conservation in Historic Cities" April 24 – 27, 2003 in Annapolis, Maryland. <http://www.icomos.org/usicomos/Symposium/SYMP03/Calame.htm>
- JAMESON, J.H. 2004. *The Reconstructed Past: Reconstructions in the Public Interpretation of Archaeology and History*. AltaMira Press: Walnut Creek.
- LEWIS, M. J. September 16, 2001. 'In a Changing Skyline, Sudden, Glaring Void' *New York Times*.
- PYE, E. 2001. *Caring For the Past: Issues in Conservation for Archaeology and Museums*. London: James & James.
- SMITH, L.J. 2006. Heritage and its Intangibility. Presented at the 7th Cambridge Heritage Seminar 'Intangible-tangible heritage: a sustainable dichotomy' 13 May 2006. <http://www.arch.cam.ac.uk/heritage-seminar/programme.html>
- STANLEY-PRICE, N. 2007. 'The Thread of Continuity' In *Cultural Heritage in Post-war Recovery*. Rome: ICCROM. P. 1-16
- STURKEN, M. 2007. *Tourists of History: Memory, Kitsch and Consumerism from Oklahoma City to Ground Zero*. Durham: Duke University Press.
- TUMARKIN, M. 2005. *Traumascapes*. Melbourne: Melbourne University Press.
- WALCOTT, 1992. *Omeros*. New York: Farrar, Straus and Giroux
- WIMMER, A. 2004. 'Introduction: Facing Ethnic Conflicts'. In Horowitz, D. et. Al (eds.) *Facing Ethnic Conflicts: Toward a New Realism*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers
- WOODWARD, C. 2002. *In Ruins*. London: Vintage.
- YOUNG, J.E. 1993. *The Texture of Memory: Holocaust Memorials and Meaning*. New Haven: Yale University Press.

UM PROJECTO MUSEOLÓGICO E SOCIAL PARA CASÉVEL – SANTARÉM

LUIZ OOSTERBEEK
RICARDO SILVA

INTRODUÇÃO

O património cultural (nos seus vários sentidos) é o que congrega uma sociedade. A arqueologia é uma ferramenta que auxilia o indivíduo a formar conceitos de território e património, fornecendo instrumentos que possibilitam reflectir sobre questionamentos fundamentais como, de onde viemos e que lugar ocupamos no tempo e no espaço. Isto provê os indivíduos com ferramentas para decidir melhor sobre o seu futuro e que tipo de mundo quer construir para si.

Nesse sentido deverá ser criado um espaço para a população local e sociedade em geral com o património e história de Casével. Esta foi uma comenda da Ordem de Cristo, tendo sido encontrados registos que, nos últimos estudos efectuados, identificam uma igreja neste local, já em 1321. Aqui foi possível identificar e escavar um rico espólio arqueológico, composto por mais de cinquenta estelas funerárias medievais/modernas, um conjunto de uma centena de enterramentos e algum espólio associado, como moedas, botões e acessórios de adorno, entre os mais significativos. É esse acervo que se encontra em estudo por um dos signatários (R.S.) e que se propõe como núcleo a museografar.

Temos assim um triângulo: vida (as pessoas), trabalho (o dia-a-dia) e morte (mundo em constante comunicação com o *modus vivendi*). As estelas funerárias são parte dessa ligação, pois são colocadas pelos vivos para os seus mortos, onde estão representados símbolos religiosos,

de protecção e das profissões exercidas (quase totalidade de ofício de lavrador). Será, pois, essa a base da exposição, com as estelas funerárias no ponto central, e com imagens da vida diária das pessoas, património local, o trabalho na terra e Igreja a circundar (Fig. 1 – croqui da Igreja, elaborado pela Arq^a. Helena Zemankova). É este um espaço de reflexão para quem o visite, onde os locais se identificarão com o seu modo de vida e dos seus antepassados e onde quem vier de fora ficará a conhecer um pouco da história e do património desta localidade e dos seus habitantes.

ANÁLISE DE NECESSIDADES

Casével encontra-se no extremo norte do Concelho de Santarém, limitada pelos concelhos de Torres Novas e Alcanena. É uma zona essencialmente agrícola, com uma população com forte enraizamento à terra, mas que está a correr o risco das gerações mais novas perderem essas mesmas raízes.

Essa situação poderá dever-se ao facto das gerações mais novas fazerem o seu percurso escolar, sobretudo a partir do ensino obrigatório, fora do concelho, visto que Torres Novas e Alcanena ficam mais perto do que a sua sede de concelho. Assim acabam por perder a ligação a Santarém e ao local onde passaram a sua juventude, Casével. Quando começam a procurar habitação própria vão fazê-lo nas zonas urbanas mais próximas, onde é mais fácil encontrar casa do que em Casével, ou em sítios mais próximos de Santarém. Verifica-se assim uma saída de pessoas de Casével (que vai perdendo a sua população mais jovem e base do seu futuro) e do concelho.

Mas a freguesia é rica em acessos, com várias entradas para a E.N.3, ficando em média de 10 a 20 minutos dos três centros urbanos mais próximos (Alcanena, Torres Novas e Santarém). O acesso às principais vias nacionais é também excelente, com a entrada do nó da A1 de Santarém a 20 minutos e os acessos norte em Torres Novas, com as entradas da A1 e da A23 a apenas 10 minutos. Casével está assim

perto numa confluência de acessos importantes no panorama nacional. No entanto, se por um lado quem possui transporte próprio tem facilidades, quem usa os transportes públicos tem horários reduzidos.

A junta de freguesia presta muito bons serviços de apoio às crianças que frequentam o ensino na sua escola, com bons transportes e uma ocupação dos tempos livres que permite aos pais estarem seguros de terem os filhos bem entregues e durante o período em que estão, geralmente, a trabalhar.

A classe mais idosa da população, que é carenciada, usufrui também de um bom apoio domiciliário, com alimentação e cuidados de higiene. Esses idosos são também a base da cultura do lugar, com todos os seus conhecimentos, transmitidos pelos seus antepassados e feitos da sua experiência de vida.

Associam-se, assim, o passado e o futuro, que se bem cuidados permitirão à população de hoje (o presente) uma vida mais tranquila e feliz.

Pretende-se, com o presente projecto, proporcionar um espaço que possa englobar toda a população, criando um sítio privilegiado onde as faixas etárias mais desprotegidas (crianças e idosos) possam ocupar o seu tempo livre com cultura e actividades lúdicas.

As crianças terão um espaço didáctico, onde para além de brincarem nos seus horários extra-escolares, poderão fazê-lo aprendendo. Têm também acesso a um espaço desportivo da freguesia, que fica em terrenos anexos.

Os idosos, por seu lado, precisam de companhia, de reviver e sentirem-se úteis. E aqui, para além de lhes proporcionar um espaço de convívio, ser-lhes-ia pedido para transmitir toda a sua experiência de vida, pedindo autorização para que se fizesse o registo das suas cantigas, contos e tradições, para que o futuro não perca estes conhecimentos, e que esta separação de gerações, criada pela actual sociedade, não se torne irreparável.

Outro objectivo será o de juntar as duas faixas etárias com regularidade, crianças (“netos”) e avós (“idosos”), que funcionam muito bem entre si, podendo criar laços de respeito e carinho, e onde haveria transmissão directa de conhecimento.

EQUIPA

Pensamos existirem as condições necessárias, em função da sensibilidade para fazer a ponte entre a ocupação da população local através de actividades culturais e o tirar rendimento de um espaço de património cultural, que necessita estar aberto a todos, em geral, e acessível para o estudo e divulgação a todos os interessados no que a freguesia tem para oferecer.

Os técnicos da Câmara Municipal de Santarém (CMS), assim como o Departamento Território, Arqueologia e Património do Instituto Politécnico de Tomar (IPT), com o qual existem relações institucionais, poderão prestar apoio técnico, para além e o Parque Arqueológico e Ambiental do Médio Tejo (PAAMT), que é uma rede já estabelecida ao longo da A23, do qual Casével poderia ser o vértice ocidental.

Tendo por base o espaço que nos foi proposto para consideração pela Junta de Freguesia, e procurando potenciar a disposição do mesmo, apresentamos um projecto que englobará todas as vertentes referidas, tendo a vantagem de se poder iniciar a trabalhar, parcialmente no mesmo, com os recursos existentes e apenas algum investimento no espaço museológico e material didáctico, e com o pessoal que está ao serviço da Junta de Freguesia. Este projecto visa as crianças que frequentam a escola da Comenda, idosos em geral e a toda a população da região que queira participar.

Na concretização eventual do projecto considera-se desejável uma parceria que envolva a Câmara Municipal de Santarém, a Junta de Freguesia de Casével, a Escola do ensino básico do 1º ciclo Casével, o Jardim-de-infância de Casével e o Departamento de Território, Arqueologia e Planeamento do Instituto Politécnico de Tomar.

EXEQUIBILIDADE DO PROJECTO

Pontos Fortes: este projecto está alicerçado em ideias que são comuns à vontade manifestada pela Junta de Freguesia de Casével, que para o efeito encetou processo de aquisição de edifícios num espaço nobre do seu Centro Histórico, no intuito de criar um espaço cultural, social e de lazer para a população local e de quem queira vir conhecer o património humano e cultural de Casével. Este seria a continuação de alguns projectos que a junta já tem vindo a implementar, como:

- o apoio social a crianças e idosos;
- fomento da cultura, com bolsas, para quem seja habitante da freguesia e queira fazer dissertações académicas sobre a mesma;
- defesa do património arqueológico da zona, ao fazer acordos para que este fique em Casével e se possam criar condições para que seja visitável por todos.

Existem fortes indícios de Casével ter uma história rica a nível rural medieval, e desta forma seria possível trabalhar e disponibilizar facilidades (por exemplo, acesso a bibliografia e facilidades a quem apresentar estudos académicos) a quem estude essa vertente da nossa história.

Este projecto permitirá a valorização das populações que têm residência no local, levando a que valorizem mais o sítio onde moram ou onde nasceram e o promovam. Este será um dos pontos de apoio à luta contra a desertificação do nosso espaço rural.

Teria a vantagem de num mesmo local englobar as várias vertentes sociais e culturais, num dos extremos do concelho, perto de duas vias de penetração/chegada de pessoas, como a A1 e a A23, marcando assim, forte presença o Concelho de Santarém, atraindo mais pessoas à cidade Capital do Gótico.

Pontos fracos: as dificuldades surgem do facto de estarmos perante uma freguesia com poucos habitantes, e por isso com poucos recursos.

Também existe a dificuldade de, apesar dos bons acessos, este não ser um ponto de passagem obrigatório, levando a que quem queira vir a Casével ter de fazer um pequeno desvio.

Este projecto encontra-se fortemente dependente do apoio político-institucional, especialmente nos seus primeiros tempos, enquanto se não consolidar a nível social.

Oportunidades: caso corra bem é um projecto que se pode expandir, tanto internamente como externamente.

Será possível aumentar a biblioteca, caso se verifiquem os pressupostos de que, tanto pelo estudo a fomentar dentro do projecto como pelos incentivos perante investigadores exteriores, surjam novas obras a juntar às a adquirir. Será assim verosímil a criação de um centro de estudos de Estelas Funerárias, História Rural e História das Ordens dos Templários e de Cristo e suas comendas.

Poderá criar-se uma disciplina em espaço de ATL nas escolas do ensino básico da região, em especial as freguesias mais próximas como S. Vicente do Paul, Vaqueiros, Pernes e Pombalinho (Concelho de Santarém), Bugalhos (Concelho de Alcanena), Parceiros da Igreja e Alcorochel (Concelho de Torres Novas) e Azinhaga (Concelho da Golegã).

Ameaças: a possibilidade da falta de apoio dos órgãos políticos levaria a um risco de colapso, e se for o caso de já ter a estrutura montada e a funcionar seria uma perda considerável.

A possibilidade de o número de crianças decrescer de tal forma que não faça sentido ter a funcionar a escola do ensino básico, e por conseguinte boa parte deste projecto.

Pressupostos: parte-se do princípio de que podemos contar com o apoio institucional e da população.

Riscos: as vertentes sociais e culturais não estão dependentes uma da outra, mas é necessário que funcionem em equilíbrio para que haja uma boa fluidez de toda a estrutura. O demasiado peso de um ou de outro aspecto pode levar a uma entropia.

OBJECTIVOS, PRODUTOS E ACTIVIDADES

Objectivos específicos: criar um espaço onde a população local possa ter um espaço de lazer e seja, ao mesmo tempo, onde possam deixar os mais jovens e os mais idosos durante o período diurno, pois estarão entregues a alguém que cuidará deles, não só fisicamente, mas também a nível didáctico e emocional.

Este será um pólo congregador da cultura histórica e social local, e por conseguinte nacional.

Metodologias e processos: as crianças terão um espaço, após as aulas, onde será possível ocupar os seus tempos de forma divertida e ao mesmo tempo didáctica. Assim, e conforme a programação e a meteorologia poderão ter actividades dentro de casa ou em espaço aberto. De referir que estas crianças já têm à sua disposição outras actividades, como as aulas de inglês, a natação e xadrez, sendo estas apenas complementares.

- Na sua salinha serão feitos desenhos, sempre que possível relacionados com a história local e com as peças arqueológicas que existam na localidade.
- A produção de materiais em oficinas, como peças em argila ou pequenas maquetas, introduzindo, sempre que possível assuntos de interesse cultural nesses objectos.
- Serão promovidos, com alguma regularidade, encontros entre os mais idosos e as crianças, onde a interactividade permitirá a transmissão oral de conhecimentos (lendas, contos, cantigas). Aqui, penso ser interessante as crianças darem algum contributo, entregando algo feito por si (desenhos, trabalhos de oficina, etc.) aos idosos.
- Mensalmente promover o lanche dos “avós”, em que os idosos preparariam um lanche para conviverem com as crianças à mesa, ensinando-lhes um pouco do seu património gastronómico.
- O bom tempo permitirá actividades de rua, utilizando o pátio do espaço deste projecto ou o polivalente. Serão assim possíveis

jogos, desportivos ou lúdicos, entre os mais pequenos. Os mais idosos poderão também sair um pouco à rua e passear, ver as brincadeiras dos mais pequenos e conversar.

- Fará parte das obrigações do técnico superior a produção de artigos e comunicações, sobre a história e património local, com alguma periodicidade. Assim será possível aumentar o património local e dar vida cultural ao projecto, dando a conhecer Casével ao meio científico e geral. Deverá também promover a realização de encontros, colóquios, seminários, etc., sobre assuntos que ajudem a conhecer a história/património local, como por exemplo a história das ordens militares. Terá interesse se estes eventos se realizarem no espaço da freguesia.
- A equipa de arqueologia deverá fazer trabalhos de prospecção e escavação, desde que enquadrados na lei e especificidades da arqueologia, os quais servirão para proteger e estudar e divulgar o património da região e cujos resultados devem ser disponibilizados juntos dos técnicos da CMS para integrarem a Carta Arqueológica do Concelho.
- A criação de um espaço representativo das antigas comendas da Ordem de Cristo é fundamental no sentido de dar dinâmica e visibilidade a este espaço, e ao mesmo tempo promover o estudo de temas como o mundo rural, económico e social no entorno do Convento de Cristo de Tomar, assim como promover a investigação de um período histórico dos mais ricos desta Nação e da história da civilização neste planeta. Casével, pela sua posição no contexto na Ordem de Cristo e pela vontade institucional de levar este projecto em frente deverá ser o pólo catalizador deste reavivar das antigas Comendas.

Articulação de espaços e recursos humanos: o espaço sobre cuja base se trabalhou, inclui um conjunto de dependências que, em parte, já são utilizadas pelo ATL.

A sala principal, com cerca de 60 metros quadrados, será obscurecida, colocando-se diversas estelas intactas (ou fragmentos

integrados em suportes em acrílico que as simulem) num piso sobre-elevado (estrado de madeira), que simulará um cenário de necrópole (Fig. 2 – Estelas). Ao fundo da sala será reproduzida em grande escala uma imagem da Igreja quinhentista (provavelmente de fundação anterior), sendo as paredes revestidas com grandes fotografias de cenas do quotidiano rural da região.

O acesso a este espaço museográfico será possível directamente do exterior ou através das dependências de actividades ocupacionais (de crianças ou idosos). Prevê-se, ainda, a instalação de uma área de estudos e arquivo de documentação e reservas de colecção.

Em termos de recursos humanos para o funcionamento desta estrutura, consideramos que serão precisos dois técnicos para tratar da ocupação e respectivos cuidados das crianças, durante as suas actividades. Isto no espaço já existente, e em condições de ser utilizado. Logo que haja condições no espaço destinado aos idosos, haverá necessidade de outros dois técnicos, que tratarão do cuidado e actividades deste grupo. Um técnico superior será o suficiente para coordenar as actividades destes dois grupos, assim como do espaço museológico e actividades que façam a promoção do sítio. Estes recursos humanos são já existentes, à excepção do técnico superior, que deverá ter uma formação transversal, com competência no domínio patrimonial.

Resultados e produtos: no que diz respeito ao espaço museológico, e estando este projecto a incidir sobre o início da actividade, os resultados a esperar deverão ser comedidos, se bem que ambiciosos ao mesmo tempo.

A estimativa de visitas, para os três primeiros anos, é de 3.000 pessoas anualmente. No entanto, uma vez articulado com a rede de ofertas regional, este número deverá triplicar, conforme os dados do Museu de Arte Pré-Histórica de Mação demonstram¹.

¹ Progressão de 5.000 visitantes em 2005, para 6.200 em 2006 e 8.000 no 1º semestre de 2007.

No que diz respeito a produtos vendáveis apostar-se-á em três vertentes:

- os produtos das oficinas das crianças (elementos decorativos em argila serão bem aceites);
- pequenos livros com lendas, contos e cantigas, com a participação dos nossos idosos;
- monografias sobre a história/arqueologia/património da região;
- merchandising temático.

DISSEMINAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

Sendo este um projecto a ser liderado pela Junta de Freguesia, os resultados serão apresentados através de iniciativas da mesma. Assim sendo serão importantes as comunicações à comunidade, publicações e actividades específicas de interesse académico. Neste sentido, e para que estes factores funcionem, será de interesse a presença de um técnico superior a tempo inteiro, de forma a poder organizar e produzir todas as actividades necessárias para o bom funcionamento do Espaço.

AGRADECIMENTO

Este artigo baseia-se num projecto que os signatários preparam a solicitação da Junta de Freguesia de Casével, por ocasião do estágio profissional de um deles (R.S.) na Câmara Municipal de Santarém. Os autores agradecem à Junta de Freguesia de Casével (e ao Professor Diamantino, seu Presidente durante a elaboração do projecto), ao Instituto Politécnico de Tomar (organizador do Curso Intensivo de Gestão do Património Cultural apoiado pela Comissão Europeia, onde este projecto foi amplamente discutido) e ao Museu de Arte Pré-Histórica de Mação (que apoiou a elaboração do projecto).

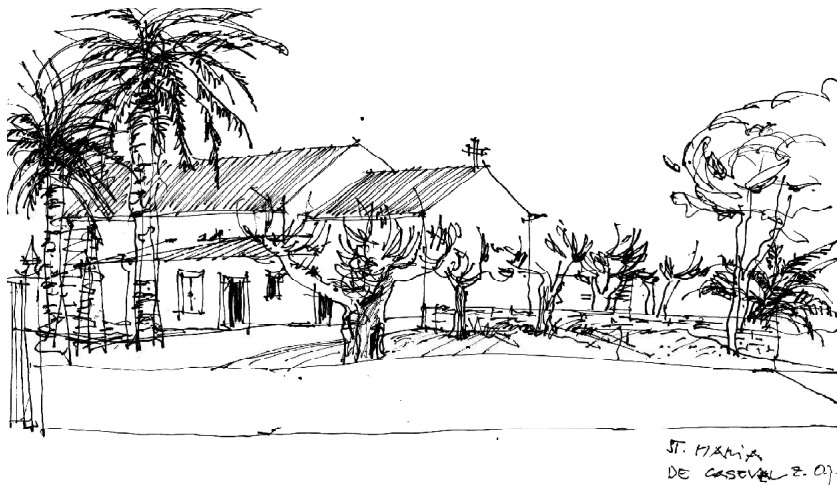


FIG. 1 – Esboço da Igreja (Aut: Helena Zemankova).



FIG. 2 – Estela.